

Comentário do Desempenho

LITEL PARTICIPAÇÕES S.A.
Companhia Aberta
CNPJ nº 00.743.065/0001-27

COMENTÁRIO DO DESEMPENHO para o período findo em 30 de junho de 2011

Senhores Acionistas,

Nos termos das disposições legais e estatutárias, a administração da Litel Participações S.A. ("Litel" ou "Companhia") submete à apreciação dos Senhores as demonstrações contábeis da Companhia, acompanhadas do relatório de revisão auditores independentes, referentes ao período findo em 30 de junho de 2011.

Perfil Corporativo

A Litel é uma sociedade anônima, de capital aberto, com sede na cidade do Rio de Janeiro, RJ, constituída em 21 de Julho de 1995, cujo objeto social é a participação em outras sociedades, empreendimentos e consórcios, como sócia, quotista ou acionista. A sua atividade preponderante é a participação como acionista controladora de forma direta e indireta na *holding* Valepar S.A. ("Valepar") e de forma direta nas empresas Litela Participações S.A. ("Litela") e Litelb Participações S.A. ("Litel B") A Valepar é uma sociedade de capital fechado, que tem por objeto, exclusivamente, participar como acionista controlador da Vale S.A. ("Vale"). Litela e Litel B são sociedades de capital fechado, cujo objeto é a participação direta no capital da Valepar.

A Vale é uma sociedade anônima de capital aberto com sede na cidade do Rio de Janeiro, líder mundial na produção de minério de ferro e pelotas, e a segunda maior produtora de níquel. É uma mineradora brasileira presente nos cinco continentes com a missão de transformar recursos minerais em riqueza e desenvolvimento sustentável.

A Vale tem como atividade preponderante a pesquisa, produção e comercialização de minério de ferro e pelotas, níquel, fertilizantes, cobre, carvão, manganês, ferro-ligas, cobalto, metais do grupo de platina e metais preciosos. Além disso, atua nos segmentos de energia, logística e siderurgia.

Os comentários do desempenho da Litel decorrem dos comentários de desempenho da sua controlada indireta Vale. As operações da Vale, cujas informações relativas ao trimestre findo em 30 de junho de 2011 já foram divulgadas ao mercado, podem ser obtidas em www.vale.com.br ou por meio da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Litel Participações S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de junho de 2011 Em milhares de reais

1 Contexto operacional

A Litel Participações S.A. ("Litel" ou "Companhia") foi constituída em 21 de julho de 1995 e tem por objetivo a participação, sob qualquer forma, no capital de outras sociedades civis ou comerciais com sede no Brasil ou no exterior, como sócia cotista ou acionista, quaisquer que sejam os objetos sociais. A Companhia possui participações de forma indireta na Vale S.A. ("Vale"), direta e indireta na Valepar S.A. ("Valepar") e direta na Litela Participações S.A. ("Litela") e na Litel B Participações S.A. ("Litel B"). A Litel e as controladas Litela e Litel B, são conjuntamente denominadas Grupo.

A Companhia é uma sociedade anônima de capital aberto com sede na cidade do Rio de Janeiro, com registro na Bolsa de Valores de São Paulo (BM&F Bovespa).

Litel B e Litela são sociedades por ações de capital fechado, integralmente controladas pela Companhia, cujo objeto é a participação direta ou indireta no capital da Valepar.

A Valepar é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto, exclusivamente, participar como acionista controlador da Vale S.A.

A Vale é uma sociedade anônima de capital aberto, que tem como atividade preponderante a pesquisa, produção e comercialização de minério de ferro e pelotas, níquel, fertilizantes, cobre, carvão, manganês, ferro-ligas, cobalto, metais do grupo de platina e metais preciosos. Além disso, atua nos segmentos de energia, logística e siderurgia.

A Companhia é signatária de instrumento particular de Acordo de Acionistas em conjunto com os demais acionistas da Valepar, o qual regula os respectivos direitos e obrigações decorrentes de sua condição de titulares da totalidade do capital social e, como tal, responsáveis pela eleição dos administradores da Valepar e por sua orientação para o fim de exercer o poder de controle em assembléias gerais e reuniões do Conselho de Administração, bem como o de buscar uma administração compartilhada da Vale.

A emissão dessas informações financeiras individuais da Companhia e consolidadas do Grupo foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 13 de setembro de 2011.

2 Sumário das Principais Práticas e Estimativas Contábeis

2.1 Base de preparação

(a) Demonstrações Contábeis Intermediárias Consolidadas

As políticas contábeis aplicadas na preparação destas informações trimestrais consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, exceto pelo mencionado na nota 3 no que se refere à consolidação de investidas em conjunto.

As informações trimestrais consolidadas da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico - CPC 21 Demonstração Intermediária, e de acordo com a Norma Internacional de Contabilidade IAS 34 - Interim Financial Reporting.

Litel Participações S.A.

**Notas explicativas da administração às
informações trimestrais em 30 de junho de 2011**
Em milhares de reais

Demonstrações Contábeis intermediárias da Controladora

As informações contábeis intermediárias individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC's e são publicadas juntas com as informações contábeis intermediárias consolidadas.

2.2 Consolidação

(a) Controladas

Entidades controladas são aquelas, nas quais, de forma direta ou indireta a controladora exerce o poder de regular as políticas contábeis e operacionais, para obtenção de benefícios de suas atividades, normalmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos de voto (capital votante).

As informações financeiras consolidadas da Companhia refletem os saldos de ativos, passivos e patrimônio líquido em 30 de junho de 2011 e em 31 de dezembro de 2010 e as operações dos semestres e trimestres findos em 30 de junho de 2011 e 30 de junho de 2010, da Companhia e de suas controladas diretas Litela e Litel B.

O Grupo usa o método de contabilização da aquisição para contabilizar as combinações de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pelo Grupo. A contraprestação transferida inclui o valor justo de algum ativo ou passivo resultante de um contrato de contraprestação contingente quando aplicável. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. O Grupo reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora a ser reconhecida é determinada em cada aquisição realizada.

O excesso da contraprestação transferida e do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo da participação do grupo de ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrada como ágio (goodwill). Nas aquisições em que o Grupo atribui valor justo aos não controladores, a determinação do ágio inclui também o valor de qualquer participação não controladora na adquirida, e o ágio é determinado considerando a participação do Grupo e dos não controladores. Quando a contraprestação transferida for menor que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado do exercício.

(b) Transações e participações não controladoras

O Grupo trata as transações com participações não controladoras como transações com proprietários de ativos do Grupo. Para as compras de participações não controladoras, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações não controladoras também são registrados no patrimônio líquido.

Litel Participações S.A.

**Notas explicativas da administração às
informações trimestrais em 30 de junho de 2011**
Em milhares de reais

Quando o Grupo para de ter controle, qualquer participação retida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. O valor justo é o valor contábil inicial para subsequente contabilização da participação retida em uma coligada, uma *joint venture* ou um ativo financeiro. Além disso, quaisquer valores previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes relativos àquela entidade são contabilizados como se o Grupo tivesse alienado diretamente os ativos ou passivos relacionados. Isso significa que os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados no resultado.

(c) Controladas em conjunto

Os investimentos em controladas em conjunto são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. O investimento do Grupo em controladas em conjunto inclui o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por *impairment* acumulada.

A participação do Grupo nos lucros ou prejuízos de suas controladas em conjunto pós-aquisição é reconhecida na demonstração do resultado e sua participação na movimentação em reservas pós-aquisição é reconhecida nas reservas. As movimentações cumulativas pós-aquisição são ajustadas contra o valor contábil do investimento. Quando a participação do Grupo nas perdas de uma controlada em conjunto e coligada for igual ou superior a sua participação na controladas em conjunto, incluindo quaisquer outros recebíveis, o Grupo não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em seu nome.

Os ganhos não realizados das operações entre o Grupo e suas controladas em conjunto são eliminados na proporção da participação do Grupo nas mesmas. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas em conjunto e coligadas foram alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

Se a participação acionária na controladas em conjunto for reduzida, mas for retido o controle compartilhado ou a influência significativa, somente uma parte proporcional dos valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes será reclassificada no resultado, quando apropriado.

Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em coligadas, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Em função de o ágio (*goodwill*), integrar o valor contábil do investimento na controlada em conjunto, ele não é testado separadamente em relação ao seu valor recuperável. Em vez disso, o valor contábil total do investimento é testado como um único ativo, pela comparação de seu valor contábil com seu valor recuperável, quando haja evidência de que o investimento possa estar deteriorado. Tal evidência pode ser obtida pela existência de uma queda relevante ou prolongada no valor justo do título abaixo de seu custo.

Litel Participações S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de junho de 2011 Em milhares de reais

A consolidação das controladas e participações no capital social das controladas em conjunto são apresentadas nas seguintes proporções:

Controladas	% de participação no capital total
Diretas (consolidadas)	
Litela Participações S.A.	100
Litel B Participações S.A.	100
Em conjunto (avaliadas pelo métodos de equivalência patrimonial)	
Valepar S.A. (*)	58,06
Indireta em conjunto (avaliadas pelo métodos de equivalência patrimonial)	
Vale S.A.	19,32

(*) Inclui 52,98% de participação direta e 5,08% de participação indireta através da Litela Participações S.A.

As práticas contábeis das controladas e controladas em conjunto são ajustadas para assegurar consistência com as políticas adotadas pela controladora. As operações entre as Companhias consolidadas, bem como os saldos, os ganhos e as perdas não realizados nessas operações são eliminados, a menos que a operação forneça evidência de uma perda (impairment) do ativo transferido.

(d) Demonstrações financeiras individuais

Nas demonstrações financeiras individuais as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora.

No caso da Litel, as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações contábeis intermediárias individuais diferem do IFRS, aplicável às demonstrações contábeis separadas, apenas pela avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial em controladas e coligadas, enquanto conforme IFRS seria custo ou valor justo.

2.3 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As informações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação do Grupo.

Litel Participações S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de junho de 2011

Em milhares de reais

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando diferidos no patrimônio como operações de *hedge* de fluxo de caixa qualificadas e operações de *hedge* de investimento líquido qualificadas.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receitas ou despesas financeiras. Todos os outros ganhos e perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado como receitas ou despesas operacionais .

As alterações no valor justo dos títulos monetários em moeda estrangeira, classificados como disponíveis para venda, são separadas entre as variações cambiais relacionadas com o custo amortizado do título e as outras variações no valor contábil do título. As variações cambiais do custo amortizado são reconhecidas no resultado, e as demais variações no valor contábil do título são reconhecidas no patrimônio.

As variações cambiais de ativos e passivos financeiros não monetários, são reconhecidas no resultado como parte do ganho ou da perda do valor justo. As variações cambiais de ativos financeiros não monetários, estão incluídas na reserva disponível para venda no patrimônio.

2.4 Ativos financeiros

2.4.1 Classificação

O Grupo classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo através do resultado e empréstimos e recebíveis . A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

(a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação, a menos que tenham sido designados como instrumentos de *hedge*. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

(b) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis do Grupo compreendem "Contas a receber de clientes e demais contas a receber" e "Caixa e equivalentes de caixa".

Litel Participações S.A.

**Notas explicativas da administração às
informações trimestrais em 30 de junho de 2011**
Em milhares de reais

(c) Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são não derivativos, que são designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma outra categoria. Eles são incluídos em ativos não circulantes, a menos que a administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço.

2.4.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que o Grupo tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Outros ganhos (perdas), líquidos" no período em que ocorrem. Receita de dividendos de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado é reconhecida na demonstração do resultado como parte de outras receitas, quando é estabelecido o direito do Grupo de receber os dividendos.

As variações no valor justo de títulos monetários, denominados em moeda estrangeira e classificados como disponíveis para venda, são divididas entre as diferenças de conversão resultantes das variações no custo amortizado do título e outras variações no valor contábil do título. As variações cambiais de títulos monetários são reconhecidas no resultado. As variações cambiais de títulos não monetários são reconhecidas no patrimônio. As variações no valor justo de títulos monetários e não monetários, classificados como disponíveis para venda, são reconhecidas no patrimônio.

Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são vendidos ou sofrem perda (*impairment*), os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio, são incluídos na demonstração do resultado como "Ganhos e perdas de títulos de investimento".

Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados pelo método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas. Os dividendos de instrumentos de patrimônio líquido disponíveis para venda, como exemplo as ações, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas, quando é estabelecido o direito do Grupo de receber pagamentos.

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não listados em Bolsa) não estiver ativo, o Grupo estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria entidade.

Litel Participações S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de junho de 2011

Em milhares de reais

O Grupo avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de perda (*impairment*) em um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros. No caso de títulos patrimoniais classificados como disponíveis para venda, uma queda significativa ou prolongada do valor justo do título para abaixo de seu valor de custo é considerado um indicador de que os títulos estão *impaired*. Se houver alguma dessas evidências para os ativos financeiros disponíveis para venda, a perda cumulativa - mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por *impairment* desse ativo financeiro previamente reconhecido no resultado - é retirada do patrimônio e reconhecida na demonstração do resultado. As perdas por *impairment* reconhecidas na demonstração do resultado de instrumentos de patrimônio líquido não são revertidas por meio da demonstração do resultado. O teste para verificação de *impairment* das contas a receber de clientes está descrito.

2.4.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.4.4 Impairment de ativos financeiros

(a) Ativos mensurados ao custo amortizado

O Grupo avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que o Grupo usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) o Grupo, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria;
- (iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- (v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras;
- (vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
 - condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

Litel Participações S.A.

**Notas explicativas da administração às
informações trimestrais em 30 de junho de 2011**
Em milhares de reais

- (vii) o Grupo avalia em primeiro lugar se existe evidência objetiva de *impairment*;
- (viii) o montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração consolidada do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, o Grupo pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável; ou
- (ix) se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado consolidado.

(b) Ativos classificados como disponíveis para venda

O Grupo avalia no final de cada período de apresentação de relatórios se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Para os títulos da dívida, o Grupo usa os critérios mencionados em (a) acima. No caso de investimentos de capital classificados como disponíveis para venda, uma queda relevante ou prolongada no valor justo do título abaixo de seu custo também é uma evidência de que os ativos estão deteriorados. Se qualquer evidência desse tipo existir para ativos financeiros disponíveis para venda, o prejuízo cumulativo - medido como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer prejuízo por *impairment* sobre o ativo financeiro reconhecido anteriormente no resultado - será retirado do patrimônio e reconhecido na demonstração consolidada do resultado. Perdas por *impairment* reconhecidas na demonstração do resultado em instrumentos patrimoniais não são revertidas por meio da demonstração consolidada do resultado. Se, em um período subsequente, o valor justo de um instrumento da dívida classificado como disponível para venda aumentar, e o aumento puder ser objetivamente relacionado a um evento que ocorreu após a perda por *impairment* ter sido reconhecido no resultado, a perda por *impairment* é revertida por meio de demonstração do resultado.

2.5 Caixa e equivalentes de caixa e investimentos a curto prazo

Os montantes registrados na rubrica de caixa e equivalentes de caixa correspondem aos valores disponíveis em caixa, depósitos bancários e investimentos de curtíssimo prazo, que possuem liquidez imediata e vencimento original em até três meses.

Os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis após os 12 meses subsequentes à data das demonstrações contábeis são considerados como não circulantes.

2.6 Ações resgatáveis - instrumentos financeiros compostos

Instrumentos financeiros compostos (os quais possuem componentes de passivo financeiro (dívida) e de patrimônio líquido emitidos pela Companhia compreendem notas obrigatoriamente conversíveis em capital social, e o número de ações a serem emitidas não varia com as mudanças em seu valor justo.

Litel Participações S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de junho de 2011 Em milhares de reais

O componente de passivo de um instrumento financeiro composto é reconhecido inicialmente a valor justo. O valor justo da parcela do passivo de um título de dívida conversível é determinado com o uso de fluxo de caixa descontado, considerando a taxa de juros de mercado para um título de dívida com características similares (período, valor, risco de crédito), porém não conversível. O componente de patrimônio líquido é reconhecido inicialmente pela diferença entre o valor total recebido pela Companhia com emissão do título, e o valor justo como componente de passivo financeiro reconhecido os custos de transação diretamente atribuíveis ao título são alocados aos componentes de passivo e de patrimônio líquido proporcionalmente aos valores inicialmente reconhecidos.

Após o reconhecimento inicial, o componente de passivo de um instrumento financeiro composto é mensurado ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. O componente patrimonial de um instrumento financeiro composto não é mensurado novamente após o reconhecimento inicial, exceto na conversão

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.7 Imposto de renda e contribuição social corrente

A Companhia reconhece as despesas de imposto de renda e contribuição social corrente no resultado do exercício com base no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro contábil (lucro apresentado na demonstração de resultados), porque exclui receitas e despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

2.8 Reconhecimento da receita

(a) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um contas a receber, o Grupo reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do contas a receber.

(b) Receita de dividendos

A receita de dividendos é reconhecida quando o direito de receber o pagamento é estabelecido.

2.10 Destinação dos resultados e distribuição de remuneração aos acionistas

No encerramento do exercício, a Companhia destina seus resultados entre remuneração aos acionistas e reservas conforme previsto na legislação societária brasileira. Com relação à remuneração aos acionistas, a Companhia pode utilizar a modalidade de juros sobre capital próprio respeitando os critérios e limites definidos pela legislação brasileira. O reflexo fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido no resultado do exercício.

Litel Participações S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de junho de 2011

Em milhares de reais

2.11 Capital social

O capital social, está representado por ações ordinárias e preferenciais que são classificadas no patrimônio líquido e preferenciais resgatáveis tratáveis como passivo, todas sem valor nominal. As ações preferenciais possuem os mesmos direitos das ações ordinárias, com exceção do voto para eleição de membros do Conselho de Administração. O Conselho de Administração poderá, independentemente de reforma estatutária, deliberar a emissão de novas ações (capital autorizado), inclusive mediante a capitalização de lucros e reservas até o limite autorizado.

2.12 Demonstração do valor adicionado

A Companhia divulga suas demonstrações do valor adicionado (DVA), consolidadas e da controladora, de acordo com os pronunciamentos do CPC 09, que são apresentadas como parte integrante das informações contábeis conforme prática contábil brasileira, aplicável a companhias abertas, que, entretanto para as práticas internacionais pelo IFRS são apresentadas como informações adicionais, sem prejuízo do conjunto de informações contábeis.

Esta demonstração representa um dos elementos componentes do Balanço Social que tem por objetivo principal apresentar com grande evidencia a criação de riqueza por parte da entidade e sua distribuição durante o exercício divulgado.

3 Pronunciamentos contábeis

(a) Mudança de prática contábil

As informações financeiras do trimestre findo em 30 de junho de 2011 e do exercício findo em 31 de dezembro de 2010 estão sendo impactadas pela adoção do CPC 19 (R1) aprovados pela deliberação CVM nº 666 de 04 de agosto de 2011.

O Grupo passou a adotar o método de equivalência patrimonial para a avaliação dos investimentos em entidades onde tem controle compartilhado.

Dessa forma, os investimentos na Vale e Valepar deixam de ser consolidados proporcionalmente. Os saldos comparativos das informações financeiras intermediárias foram reapresentados.

(b) Novos pronunciamentos

À exceção das mudanças descritas parágrafo anterior, não foram identificados impactos significativos, pela adoção de novos pronunciamentos contábeis emitidos no período. A Companhia optou por não adotar antecipadamente nas suas demonstrações contábeis, os pronunciamentos recentemente emitidos pelo IASB, mas ainda não implantados no Brasil através do CPC, que serão obrigatórios para exercícios iniciados a partir de 1 de Janeiro de 2013. A Companhia está avaliando os possíveis efeitos que poderão surgir com a adoção destes pronunciamentos.

Litel Participações S.A.

Notas explicativas da administração às
informações trimestrais em 30 de junho de 2011
Em milhares de reais

4 Gestão de riscos

A Companhia entende que o gerenciamento de risco é fundamental para apoiar sua estratégia de crescimento e flexibilidade financeira. Os riscos aos quais a Companhia está exposta decorrem substancialmente, das operações realizadas pela controlada em conjunto indireta Vale.

A Vale desenvolveu sua estratégia de gestão de riscos com o objetivo de proporcionar uma visão integrada dos riscos aos quais está exposta. Para tanto, avalia não apenas o impacto das variáveis negociadas no mercado financeiro sobre os resultados do negócio (risco de mercado), como também o risco proveniente de obrigações assumidas por terceiros para com ela (risco de crédito), aqueles inerentes aos processos produtivos (risco operacional) e aqueles oriundos do risco de liquidez.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2011	31 de dezembro de 2010	30 de junho de 2011	31 de dezembro de 2010
Caixa e bancos	2	11	28	33
Aplicações financeiras	17.075	900	34.750	28.834
	<u>17.077</u>	<u>911</u>	<u>34.778</u>	<u>28.867</u>

Está representada substancialmente pelos saldos bancários e por aplicações em fundos de renda fixa, considerados investimentos de baixo risco. No consolidado, parte das aplicações em reais são indexadas ao CDI (Certificado de Depósito Interbancário) e parte em dólares em *time deposits*, com prazo de vencimento inferior a três meses, classificado como ativo financeiro.

6 Tributos a recuperar ou compensar

Os saldos de tributos a recuperar ou compensar, classificados no ativo circulante, referem-se, principalmente, a Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) incidentes sobre os juros sobre o capital próprio recebidos de controlada e controlada em conjunto.

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2011	31 de dezembro de 2010	30 de junho de 2011	31 de dezembro de 2010
IRPJ e CSLL de exercícios anteriores	424.417	357.902	424.795	359.327
IRRF sobre recebimentos de JCP	103.774	80.040	125.098	109.424
IRRF sobre aplicações financeiras	24	55	223	332
Antecipações de IRPJ e CSLL	1.046	964	1.128	1.114
	<u>529.261</u>	<u>438.961</u>	<u>551.244</u>	<u>470.197</u>

Litel Participações S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de junho de 2011 Em milhares de reais

7 Investimentos

Investimentos - controladora

Os investimentos e intangíveis da controladora estão representados como segue:

	Em 30 de junho de 2011			
	<u>Litela</u>	<u>Litel B</u>	<u>Valepar</u>	<u>Total</u>
Dados dos investimentos para cálculo da equivalência Percentual de participação direta	<u>100%</u>	<u>100%</u>	<u>52,98%</u>	
Patrimônio líquido	<u>2.228.914</u>	<u>3.577</u>	<u>37.375.002</u>	
Lucro líquido do período	<u>317.913</u>	<u>1.335</u>	<u>6.362.833</u>	
Saldo dos investimentos em 31 de dezembro de 2010	1.965.006	2.191	17.607.882	19.575.079
Equivalência patrimonial	317.913	1.335	3.371.293	3.690.541
Juros sobre o capital próprio deliberados				
Ajustes de avaliação patrimonial - Reflexo das controladas	<u>(54.005)</u>		<u>(1.176.618)</u>	<u>(1.230.623)</u>
	<u>2.228.914</u>	<u>3.526</u>	<u>19.802.557</u>	<u>22.034.997</u>
Ágio sobre investimento da Litel na Valepar			369.556	369.556
Saldo dos investimentos em 30 de junho de 2011	<u>2.228.914</u>	<u>3.526</u>	<u>20.172.113</u>	<u>22.404.553</u>
	Em 30 de junho de 2010			
	<u>Litela</u>	<u>Litel B</u>	<u>Valepar</u>	<u>Total</u>
Dados dos investimentos para cálculo da equivalência Percentual de participação direta	<u>100%</u>	<u>100%</u>	<u>52,98%</u>	
Patrimônio líquido	<u>1.801.245</u>	<u>2.359</u>	<u>28.356.343</u>	
Lucro líquido do período	<u>151.702</u>	<u>367</u>	<u>3.015.346</u>	
Saldo dos investimentos em 31 de dezembro de 2009	1.642.988	1.992	13.142.700	14.787.680
Equivalência patrimonial	151.702	367	1.597.655	1.749.724
Ajustes de avaliação patrimonial - Reflexo das controladas	<u>6.555</u>		<u>284.008</u>	<u>290.563</u>
Saldo dos investimentos em 30 de junho de 2010	<u>1.801.245</u>	<u>2.359</u>	<u>15.024.363</u>	<u>16.827.967</u>
Ágio sobre investimento da Litel na Valepar			369.556	369.556
	<u>1.801.245</u>	<u>2.359</u>	<u>15.393.919</u>	<u>17.197.523</u>

Litel Participações S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de junho de 2011

Em milhares de reais

Informações sobre os investimentos

(a) Valepar S.A.

O objeto social da Valepar é exclusivamente o de participar como acionista no capital social da Vale, da qual possui 1.716.435 mil ações ordinárias e 20.340 ações preferenciais representativas de 33,28% do capital total e 53,48% do capital votante, sendo 1.265.316 mil ações ordinárias adquiridas em leilão de privatização, 303.272 mil ações ordinárias através de incorporação ao seu capital das ações detidas anteriormente pela Litel e, em julho de 2008, a Valepar adquiriu 168.187 mil ações, sendo 147.847 mil ações ordinárias e 20.340 mil ações preferenciais, através de Oferta Global de Ações da Vale.

As ações da Valepar não são negociadas em Bolsa de Valores. As demonstrações contábeis da Valepar foram auditadas por nossos auditores independentes, cujo parecer foi emitido sem ressalva em 14 de março de 2011.

Em julho de 2008, a Valepar emitiu 136.017 mil ações preferenciais resgatáveis, sendo 47.601 mil ações preferenciais Classe B e 88.416 mil ações preferenciais Classe C, a fim de captar recursos para a participação na Oferta Global de Ações da Vale.

O Capital social da Valepar é dividido em 1.718.204 mil ações sendo 1.300.906 mil ações ordinárias, 281.281 mil ações preferenciais classe A, 47.601 mil ações preferenciais classe B e 88.416 mil mil ações preferenciais classe C, todas nominativas e sem valor nominal.

O investimento direto da Litel na Valepar corresponde a 838.309 mil ações representativas de 48,79% do capital total da Valepar e 52,98% do capital total excluindo-se as ações resgatáveis que para fins contábeis são tratadas como instrumento de dívida.

(b) Litela Participações S.A.

Corresponde a 28.386 mil ações ordinárias representativas de 100% do capital total e votante da Litela, empresa constituída em 30 de janeiro de 2003. O objeto social da Litela é exclusivamente o de participar como acionista no capital social da Valepar, da qual possui 80.417 mil ações preferenciais classe A, representativas de 4,68% do capital total em 2009 e 5,08% do capital total excluindo-se as ações resgatáveis, adquiridas através da compra das ações integrantes dos lotes de ações ofertados pela Sweet River Investments, Ltd.

(c) Litel B Participações S.A.

Em 3 de julho de 2008, a Litel adquiriu 799 ações (setecentas e noventa e nove ações) da companhia Thera Participações S.A. representativas de 100% de seu capital social, e na mesma data, em Assembléia Geral Extraordinária alterou a razão social da companhia que passou a ser denominada Litel B Participações S.A. no valor de R\$ 790,00 (setecentos e noventa reais). O objeto da Companhia é o de participar como acionista na emissão das ações preferências resgatáveis da Classe C da Valepar.

Em 10 de julho de 2008, foi deliberado em Assembléia Geral Extraordinária da controlada Litel B, a emissão de ações preferenciais resgatáveis classe A no montante de R\$ 1.500.000 mediante a emissão de 7.772.020 ações nessa forma. A Companhia subscreveu a totalidade destas ações com os recursos aportados pelo acionista Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - PREVI com o objetivo de captar recursos para aquisição de ações resgatáveis emitidas pela Valepar.

Litel Participações S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de junho de 2011 Em milhares de reais

Ainda em julho, a Companhia adquiriu 25.862 mil ações preferenciais resgatáveis da Classe C emitidas pela Valepar S.A.

As características das ações preferenciais resgatáveis classe A, emitidas pela Litel B são as seguintes:

- (i) Direito pleno de voto nas assembléias gerais da Controlada Litel B.
- (ii) Dividendos fixos cumulativos a serem pagos semestralmente, a partir do ano de 2009, com base em uma taxa pré-fixada de 16% ao ano. O valor a ser recebido em cada semestre será o valor em reais equivalente ao *Parâmetro Pré* (conforme definido abaixo) multiplicado por R\$ 193,00 (cento e noventa e três reais).

$$\text{Parâmetro Pré} = \{(1 + \text{TaxaPré})^{(N/252)} - 1\}.$$

Em 30 de junho de 2011, o montante de dividendos fixos a receber da Litel B é de R\$ 36.388.

- (iii) São resgatáveis semestralmente, conforme tabela abaixo, e não serão conversíveis em qualquer outra espécie ou classe de ação de emissão da controlada Litel B.

<u>Ações preferenciais resgatáveis Classe "A"</u>		
<u>Quantidade</u>	<u>Valor em reais</u>	<u>Data do resgate</u>
590.518	113.970	5 de novembro de 2011
471.132	90.928	5 de maio de 2012
471.132	90.928	5 de novembro de 2012
544.088	105.009	5 de maio de 2013
544.088	105.009	5 de novembro de 2013
1.432.632	276.498	5 de maio de 2014
1.432.632	276.498	5 de novembro de 2014
847.640	163.595	5 de maio de 2015
847.640	163.595	5 de novembro de 2015
<u>7.181.502</u>	<u>1.386.030</u>	

Os recursos aportados na Litel B foram integralmente utilizados na controlada em conjunto Valepar que também emitiu ações preferenciais resgatáveis com direito a dividendo fixo cumulativo. O objetivo final desta operação foi manter o percentual de participação e o controle acionário da Vale pela Valepar.

- (iv) Em 29 de abril de 2011, foi aprovado em reunião do Conselho de Administração realizada na controlada Litel B a deliberação de juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 24.770, correspondente ao valor bruto de R\$ 3,19 e ao valor líquido de R\$ 2,71 por cada ação. Adicionalmente, foi deliberada a distribuição de dividendos fixos no montante de R\$ 62.892, correspondente ao valor de R\$ 8,09 por cada ação resgatável.
- (v) Em 05 de maio de 2011, foi aprovado em Assembléia Geral Extraordinária realizada na controlada Litel B o resgate parcial de ações preferenciais de classe A (590.518 ações ao valor unitário de R\$ 193). A Litel fez jus ao montante de R\$ 113.970. Em virtude do resgate, o investimento da Companhia na Litel B, a partir desta data, é composto de 7.181.502 ações preferenciais de classe A.

Litel Participações S.A.

Notas explicativas da administração às
informações trimestrais em 30 de junho de 2011
Em milhares de reais

Investimentos - consolidado

	<u>Participação indireta da Litel</u>	
	<u>30 de junho de 2011</u>	<u>31 de dezembro de 2010</u>
Valepar	19.802.557	17.607.882
Valepar (participação indireta no investimento da Litela)	1.899.613	1.689.083
Valepar (participação indireta no investimento da Litel B)	95	95
	<u>21.702.265</u>	<u>19.297.060</u>
Ágio sobre o investimento da Litel na Valepar	369.556	369.556
Ágio sobre o investimento da Litela na Valepar	403.346	403.346
	<u>772.902</u>	<u>772.902</u>
	<u>22.475.167</u>	<u>20.069.962</u>

8 Ações preferenciais resgatáveis Classe C

A Companhia, com o objetivo de manter o percentual de participação e o controle acionário da Vale pela Valepar, emitiu 7.772.020 ações preferenciais resgatáveis Classe C com direito a dividendo fixo cumulativo, que foram subscritas em sua totalidade pelo acionista Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - PREVI ao valor unitário de R\$ 193,00 (cento e noventa e três reais). O valor total da captação correspondeu ao montante de R\$ 1.500.000 que foram aportados, na mesma data, em sua controlada Litel B, sendo que essa última repassou esses recursos para Valepar, também na forma de ações preferenciais resgatáveis.

As ações preferenciais resgatáveis Classe C tem como características principais:

- (i) Conferem aos seus titulares todos os direitos atribuídos pelo estatuto social às ações ordinária da Companhia, com exceção do direito de voto.

Adicionalmente está assegurado o direito a voto nas ocasiões previstas em Lei.

- (ii) Dividendos fixos cumulativos a serem pagos semestralmente, a partir do ano de 2009 (em maio e em novembro), correspondente a uma taxa pré-fixada de 16% a.a. O valor a ser pago em cada semestre será o valor em reais equivalente ao *Parâmetro Pré* (conforme definido abaixo) multiplicado por R\$ 193,00 (cento e noventa e três reais) e está limitado ao valor efetivamente recebido pela Companhia a título de dividendos fixos cumulativos a serem distribuídos pela controlada Litel B.

$$\text{Parâmetro Pré} = \{(1 + \text{TaxaPré})^{(N/252)} - 1\}.$$

Litel Participações S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de junho de 2011

Em milhares de reais

- (iii) Serão resgatáveis semestralmente, conforme tabela abaixo, e não serão conversíveis em qualquer outra espécie ou classe de ação de emissão da Companhia:

<u>Ações preferenciais resgatáveis Classe "C"</u>		
<u>Quantidade</u>	<u>Valor em reais</u>	<u>Data do resgate</u>
590.518	113.970	5 de novembro de 2011
471.132	90.928	5 de maio de 2012
471.132	90.928	5 de novembro de 2012
544.088	105.009	5 de maio de 2013
544.088	105.009	5 de novembro de 2013
1.432.632	276.498	5 de maio de 2014
1.432.632	276.498	5 de novembro de 2014
847.640	163.595	5 de maio de 2015
847.640	163.595	5 de novembro de 2015
<u>7.181.502</u>	<u>1.386.030</u>	

- (iv) Na primeira vez em que a Companhia descumprir as obrigações de pagamento dos dividendos fixos cumulativos e/ou de resgate parcial das ações preferenciais resgatáveis da Classe C nos prazos e datas estabelecidas, o valor programado e não pago ou resgatado, apurado na data em que se configurou o respectivo descumprimento, será equivalente à "Taxa Pré" definida no item anterior, e acrescido de 2% ao ano, até a data do efetivo pagamento integral do valor programado e não pago ou resgatado. Caso o valor programado e não pago ou resgatado não seja pago ou resgatado integralmente até a próxima data de pagamento prevista no primeiro descumprimento, caracterizará um segundo descumprimento, pelo qual serão aplicadas as regras previstas no item abaixo.
- (v) A partir do segundo descumprimento, consecutivo ou não, em que a Companhia deixar de pagar os dividendos fixos cumulativos e/ou deixar de resgatar qualquer lote das ações preferenciais resgatáveis da Classe C nos prazos e datas previstos:
- A "Taxa Pré", definida no item acima, de cada período subsequente a um período no qual não haja realização de um pagamento programado às "Ações Preferenciais Classe C", seja a título de dividendos fixos cumulativos ou de resgate, será majorado em 2% (dois por cento) ao ano, aplicado para o período compreendido entre a data em que se configurou o segundo inadimplemento em questão e o seu pagamento integral.
 - O valor dos dividendos fixos cumulativos e/ou resgate não realizados na data programada será:
 - Apurado na data em que se configurou o respectivo não pagamento.
 - A partir de então, e até o seu pagamento integral, corrigido pelo maior valor entre a "Taxa Pré" acrescida de 2% (dois por cento ao ano) e a taxa de remuneração em reais equivalente ao rendimento anual médio do título de emissão da Vale vincendo em 2036 (cód. ISIN: US91911TAH68), rendimento este calculado sobre o período de observação de 5 (cinco) dias úteis imediatamente anteriores à data em que o pagamento do dividendo fixo cumulativo e/ou resgate deveriam ter sido realizados, com base na cotação média fornecida por 3 (três) bancos de primeira linha, acrescido de 2% (dois por cento) ao ano.

Litel Participações S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de junho de 2011 Em milhares de reais

Os valores a serem pagos às ações preferenciais Classe C, por força do disposto acima, constituirão um acréscimo ao dividendo fixo cumulativo a que fizerem jus os acionistas preferenciais dessa classe de ações.

- (vi) Em 5 de maio de 2011, foi aprovado em AGE o resgate parcial de ações preferenciais da Companhia (590.518 ações ao valor unitário de R\$ 193,00). O acionista Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - PREVI fez jus ao montante de R\$ 113.970. Em virtude do resgate, o Estatuto Social da Companhia foi alterado para demonstrar que a partir desta data o Capital Social é composto de 7.181.502 ações preferenciais de classe C.

9 Tributos e contribuições a pagar

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2011	31 de dezembro de 2010	30 de junho de 2011	31 de dezembro de 2010
IRPJ e CSLL	8.919		41.987	55.490
IRRF incidente sobre juros sobre o capital próprio			4.167	
Pis e Cofins sobre incidentes sobre juros sobre o capital próprio	32.090	601	34.922	1.576
Tributos incidentes sobre serviços de terceiros		6		8
	<u>41.009</u>	<u>607</u>	<u>81.076</u>	<u>57.074</u>

11 Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 10 de julho de 2008, a Assembléia Geral Extraordinária aprovou aumento de capital mediante a emissão de ações preferenciais resgatáveis, denominadas Ações Preferenciais de Classe C, ao preço de R\$ 193,00 cada uma.

O capital social subscrito e integralizado em 30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010 é composto por 283.286 mil ações, sendo 247.128 mil ações ordinárias, 730 ações preferenciais Classe A, 28.385 mil ações preferenciais classe B e 7.182 mil ações preferenciais Classe C, todas sem valor nominal. As ações preferenciais possuem prioridade no reembolso de capital no caso de liquidação da Companhia.

Litel Participações S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de junho de 2011 Em milhares de reais

Os acionistas em 30 de junho de 2011 são os seguintes:

Acionistas	Quantidade de ações							
	ON	%	PNA	%	PNB	%	Total	%
Fundo de Investimento em Ações Banco do Brasil Carteira Ativa	193.740.071	78	103	14	28.385.274	100	222.125.448	81
Fundo de Investimento em Ações Carteira Ativa II	53.387.982	22	43	6			53.388.025	19
Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - PREVI	19		146	20			165	
Fundação Petrobrás de Seguridade Social - PETROS	73		146	20			219	
Fundação dos Economistas Federais - FUNCEF	73		146	20			219	
Fundação CESP	73		146	20			219	
Conselheiros	4						4	
	<u>247.128.345</u>	<u>100</u>	<u>730</u>	<u>100</u>	<u>28.385.274</u>	<u>100</u>	<u>275.514.299</u>	<u>100</u>

(b) Reserva legal

Constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, até atingir o limite fixado pela legislação societária de 20% do capital social.

(c) Distribuição de resultados

Aos acionistas é assegurada, anualmente, a distribuição de dividendos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado de acordo com a lei societária. O saldo remanescente do resultado, após as distribuições propostas ou aprovadas em Assembleia, é destinado à Reserva de Lucros - Expansão/investimento. Essa reserva está sendo constituída, *ad referendum* da AGO, em conformidade com o plano de investimento de sua controlada em conjunto indireta Vale.

O montante de passivos circulantes correspondentes aos dividendos a pagar representam obrigações da Companhia junto a seus acionistas. A Companhia delibera sobre o pagamento desses passivos com base no fluxo de dividendos que são recebidos da Valepar. A administração acredita que os dividendos adicionais a serem recebidos de Valepar no futuro, serão suficientes para quitar os dividendos em aberto, além dos dividendos mínimos obrigatórios gerados anualmente.

(d) Lucro básico por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuído aos acionistas da Companhia, pela quantidade de ações em circulação.

(e) Dividendos e juros sobre capital próprio

Em Reunião do Conselho de Administração ("RCA") realizada em 31 de março de 2011, foi deliberada a distribuição de Juros sobre o Capital Próprio sobre as ações ON e PN no montante de R\$ 300.000 correspondente ao valor bruto de R\$ 1,1 e ao valor líquido de R\$ 0,9 por ação e refere-se ao montante proposto em 2009.

Em RCA realizada em 29 de abril de 2011, foi deliberada a distribuição de Juros sobre o Capital Próprio sobre as ações preferenciais de classe C (ações resgatáveis), no montante de R\$ 24.770 correspondente ao valor bruto de R\$ 3,19 ao valor líquido de R\$ 2,71. Adicionalmente, foi deliberada a distribuição de dividendos fixos no montante de R\$ 59.176 correspondente ao valor de R\$ 7,6. Em 05 de maio de 2011, o pagamento de JCP foi efetuado integralmente e o montante pago de dividendos fixos foi de R\$ 41.626 (R\$ 5,36 por ação).

Litel Participações S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de junho de 2011 Em milhares de reais

Em Reunião do Conselho de Administração ("RCA") realizada em 30 de junho de 2011, foi deliberada a distribuição de Juros sobre o Capital Próprio sobre as ações ON e PN no montante de R\$ 278.000 correspondente ao valor bruto de R\$ 1,0 e ao valor líquido de R\$ 0,9 por ação.

A movimentação dos proventos a distribuir esta composto da seguinte forma:

	Proventos a Deliberar (ações ON e PN)	Proventos a deliberar (ações resgatáveis)	Dividendos e/ou JCP deliberados (ações ON e PN)	Dividendos e/ou JCP deliberados (ações resgatáveis)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2010	1.523.634	38.474	441.273		2.003.381
RCA em 31 de março de 2011	(300.000)		300.000		
RCA em 29 de abril de 2011		(83.946)		17.551	(66.395)
RCA em 30 de junho de 2011	(278.000)		278.000		
Juros s/ ações resgatáveis no período		81.860			81.860
Saldo em 30 de junho de 2011	<u>945.634</u>	<u>36.388</u>	<u>1.019.273</u>	<u>17.551</u>	<u>2.018.846</u>

12 Despesas operacionais e resultado financeiro

As despesas são demonstradas nos quadros como segue:

	Consolidado		Controladora	
	30 de junho de 2011	30 de junho de 2010	30 de junho de 2011	30 de junho de 2010
Despesas gerais e administrativas				
Serviços (Consultoria, infraestrutura e outros)	1.029	2.227	955	1.818
Propaganda e publicidade	244	140	237	133
PIS e COFINS	82.117	31.604	63.995	17.859
Associações e Entidades de Classe	191	191	191	191
Outras	112	20	109	17
Total	<u>83.693</u>	<u>34.182</u>	<u>65.487</u>	<u>20.018</u>
Despesas financeiras				
Ações resgatáveis	(167.436)	(173.582)	(81.860)	(84.646)
	<u>(167.436)</u>	<u>(173.582)</u>	<u>(81.860)</u>	<u>(84.646)</u>
Receitas financeiras				
Aplicações financeiras	1.355	704	306	187
Variações monetárias e cambiais	19.099	13.182	19.067	13.121
Ações resgatáveis	217.193	221.521	85.576	88.936
	<u>237.647</u>	<u>235.407</u>	<u>104.949</u>	<u>102.244</u>
Resultado financeiro líquido	<u>70.211</u>	<u>61.825</u>	<u>23.089</u>	<u>17.598</u>

Litel Participações S.A.

**Notas explicativas da administração às
informações trimestrais em 30 de junho de 2011**
Em milhares de reais

13 Contingências

A Companhia é parte envolvida em processos cíveis e de outras naturezas. O risco de perda associado a cada processo é avaliado periodicamente pela administração em conjunto com seus consultores jurídicos internos e externos e leva em consideração: (i) histórico de perda envolvendo discussões similares; (ii) entendimentos dos tribunais superiores relacionados a matérias de mesma natureza; (iii) doutrina e jurisprudência aplicável a cada disputa. Com base nessa avaliação, a Companhia constitui provisão para contingência para aqueles processos cuja avaliação de risco é considerada como provável de perda. Em 30 de junho de 2011 e em 31 de dezembro de 2010, a Companhia não possui processos considerados como de perda provável.

Os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações financeiras. A Litel é parte de um Procedimento Arbitral instaurado pela Elétron S.A. contra a Companhia e a Bradespar S.A., no qual a Elétron requer o direito de adquirir um número específico de ações da Valepar S.A., que não poderá exceder a 37.825.097 ações ordinárias e ser indenizada por eventuais perdas e danos. Em sentença parcial, o Tribunal Arbitral decidiu que a Bradespar e a Litel estão obrigadas a proceder à venda de ações da Valepar S.A. à Elétron, e compor eventuais perdas e danos. A Litel, através de seus advogados, ingressou com ação anulatória da sentença parcial. A quantidade de ações a serem vendidas pela Companhia, o preço a ser recebido pela venda das ações em referência e o valor das eventuais perdas e danos não são claramente determinados. Dessa forma, embora não seja praticável estimar de maneira confiável o desfecho dessa causa e seus possíveis reflexos contábeis, a Companhia considera que o valor que poderia afetar suas demonstrações financeiras não deve ultrapassar 4% de seu patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2010 desconsiderando-se eventuais indenizações por perdas e danos.

14 Partes relacionadas e remuneração dos administradores

Em 30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010, a Companhia não tem quaisquer saldos e (ou) transações inseridas ou não inseridas no seu contexto operacional, bem como não possui quaisquer dependência econômica, financeira ou tecnológica com fornecedores, clientes ou financiadores com os quais a empresa mantém uma relação comercial.

A remuneração dos administradores da companhia foi paga integralmente pelo acionista, sem o respectivo reembolso. Não há remuneração baseada em ações da própria companhia e incentivos de longo prazo.

* * *